



### ASPECTOS DO PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO SEGUNDA PARA INDÍGENAS GUARANI/KAIOWÁ

Rosileide Barbosa de Carvalho (UNB)<sup>1</sup>  
[rosileidebarbosa@hotmail.com](mailto:rosileidebarbosa@hotmail.com)

Adriana Oliveira de Sales (UFGD)<sup>2</sup>  
[adrianasales@ufgd.edu.br](mailto:adrianasales@ufgd.edu.br)

**RESUMO:** Neste artigo, pretendem-se refletir sobre aspectos de ensino e aprendizagem que influenciam o ensino de língua portuguesa como segunda língua para falantes de Guarani e Kaiowá residentes no *Tekoha Te'yikue*, Caarapó-MS. Esses falantes são alunos que estão na sala de aula de apoio pedagógico de 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental II da Escola Nandejara Pólo. Por meio de pesquisa ação, tentou-se responder questões como: Como o professor pode e deve lidar com o Português como segunda língua? Como o Português pode ser falado e escrito por estudantes indígenas? Que metodologia de ensino pode ser pensada para que o português como segunda língua tenha espaço na sala de aula e fora dela quando os alunos tiverem de interagir com a sociedade envolvente? Essas são algumas perguntas que norteiam o presente trabalho. Com base na metodologia dessa pesquisa, foram aplicadas atividades com os alunos citados acima, a partir delas, refletidas com os professores da escola. Dessa forma, conseguimos trazer reflexões a partir da realidade social, escolar e linguística que se vive na aldeia. Como aporte teórico, foram feitos estudos de D'angelis (2012), Sales (2010), entre outros.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino - aprendizagem de línguas; Português como segunda língua, bilinguismo.

**RESUMEN:** En este artículo, tiene la intención de pensar a respecto de aspectos de enseñanza y aprendizaje que influencia el enseño de la lengua portuguesa como secunda lengua para hablantes de guaraní y Kaiowá que residen en el *Tekoha Te'yikue*, ciudadde *Caarapó- MS*. Esos hablantes son alumnos que están en clase de apoyo pedagógico del 6º año al 9º año del enseño fundamental 2 de la Escuela *Nandejara Pólo*. Utilizamos la pesquisa acción se intentó responder a cuestiones: ¿Como el maestro puede y debe trabajar con el portugués como segunda lengua? ¿Como el portugués puede ser hablado y escrito por estudiantes indígenas?, ¿Cual metodología de enseño puede ser pensada para que el portugués como segunda lengua tenga espacio en clase y afuera cuando los alumnos tengan que dialogar con la sociedad envolvente? Esas son algunas preguntas que direcciona el presente trabajo. Embazado en la metodología de esta pesquisa, fueron aplicada actividades con los alumnos citados arriba, a partir de estas, pensadas con los maestros de la escuela. De esta forma, conseguimos reflexionar a partir de la realidad social, escolar y lingüística que se vive en la aldea. Con el aporte teórico, fueron hechos estudios de D'Angelis 2012, Sales 2010, entre otros teóricos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino - aprendizagem de línguas; Português como segunda língua, bilinguismo.

<sup>1</sup> Doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Professora na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Terra Indígena Te'yikue localiza-se no município de Caarapó-MS, Brasil, foi demarcada em 1924, conta com uma área de 3.594 hectares e com uma população de aproximadamente 6.000.000 pessoas, segundo os dados do Posto de Saúde Zacarias Marques. Te'yikue possui três escolas extensão da Escola Polo Nãdejara e tem aproximadamente 1400 alunos matriculados (2014). A Escola Lóide Bonfim tem 240 alunos Guarani e Kaiowá na região da missão, nessa, está localizada uma sala de Educação Infantil e também uma sala do Assistente Educacional Especializado (AEE). Neste contexto, a escola indígena na aldeia Te'yikue assume papel fundamental a partir da preocupação de construir uma forma de manter a identidade através da utilização de suas línguas maternas como patrimônio vivo dos Guarani e Kaiowá, e como elemento formador da identidade étnica e cultural, valorizando as diferentes formas de expressão através da oralidade e também compreendendo a importância do prestígio das línguas indígenas como uma forma de comunicação e acesso ao saber tradicional.

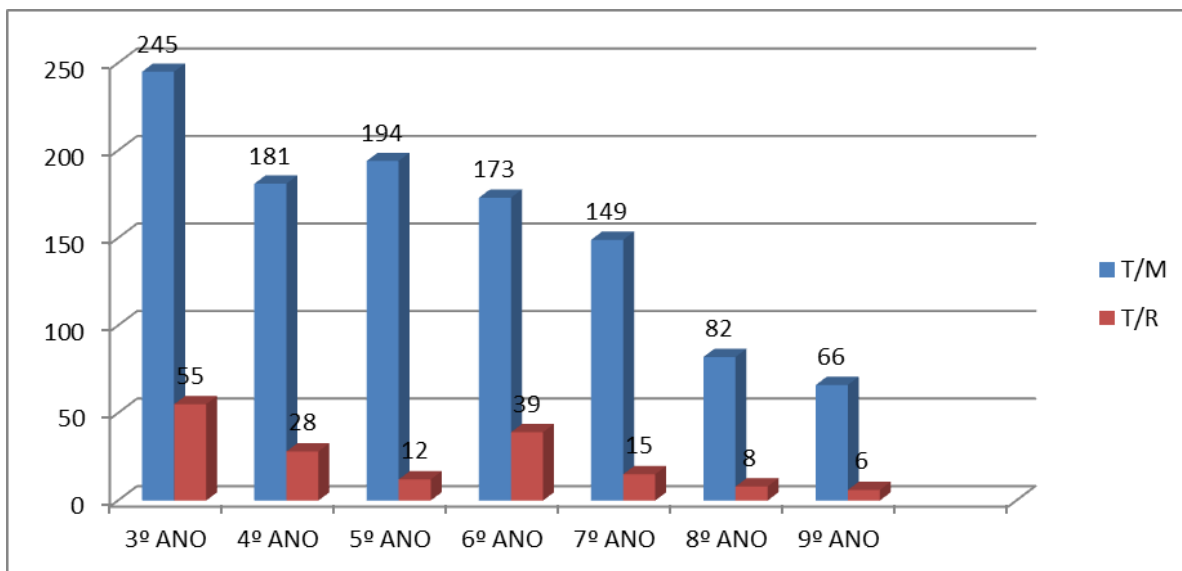
Como língua materna, entendemos como a língua nativa ou primeira língua. Trata-se do primeiro idioma que uma pessoa aprende. A língua materna é, sem dúvida, aquela que se domina melhor, no sentido de uma valorização subjetiva que o indivíduo realiza relativamente às línguas que conhece. Também se trata da língua tratada de forma natural, através da interação com o meio envolvente, sem intervenção pedagógica, educacionais.

A língua materna é aquela que o indivíduo aprende no seu ambiente familiar. Se o falante indígena aprendeu a desenvolver a língua guarani e kaiowá no ambiente familiar então a sua língua materna é língua guarani e kaiowá. Se o indígena nasceu e aprendeu falar a língua portuguesa a sua língua materna vai ser a língua portuguesa. A língua materna é aquela que aprendemos primeiro.

A escola indígena na aldeia Te'yikue também se preocupa em ensinar aos alunos o respeito à pluralidade cultural e lingüística, presente na comunidade de Caarapó, visto diversos grupos Guarani e Kaiowá terem sido agrupados para formar a terra indígena.

Como professora indígena, eu, Rosileide, me deparei com a seguinte problemática escolar: o número elevado de reprovação de alunos indígenas na disciplina de língua portuguesa. Estou há 18 anos na educação escolar indígena da aldeia Te'ýikue de Caarapó. A minha inquietude aumentou cada vez mais, tentando compreender o processo de ensino e aprendizagem de línguas e o grande desafio de trabalhar da melhor forma possível o ensino de língua portuguesa em uma escola indígena, que é bilíngue, respeitando as marcas culturais na comunicação oral e na escrita. Nessa longa caminhada como professora indígena, também atuei como coordenadora pedagógica, trabalhando com a educação infantil e a alfabetização até o 5º ano. E consegui acompanhar mais de perto, o 6º ao 9º ano. Muito me preocupava a situação das línguas na escola, por essa razão comecei a analisar as reprovações, nas disciplinas, seguem dados de 2015.

### Número de alunos matriculados e reprovados em língua portuguesa, no ano de 2015 na escola Ñandejara Pólo.



O gráfico apresenta matriculados e reprovados nas disciplinas de língua portuguesa das quatro escolas da Aldeia Te'ýikue de Caarapó. Deve-se considerar, portanto, que os números maiores de reprovação se dão, justamente no terceiro ano, onde tem contato com a língua portuguesa e no sexto ano, onde há o momento de



transição, onde recebem professores não indígenas e onde se deparam com a carga horária maior em língua portuguesa.

Na minha trajetória houve situações que me fizeram ter um olhar diferenciado para o ensino de LP. Me graduei curso de Letras e estou na segunda graduação no curso de Licenciatura Intercultural Indígena – área de linguagens da UFGD, e cursei Especialização e ensino Superior, fiz mestrado e agora, sou doutoranda em linguística na Universidade de Brasília.

Ponto auto e que desencadeou o estudo nessa área foi o período de estágio na escola Ñandejara Pólo, observando a comunicação entre docente e discente em sala de aula, a metodologia utilizada, as atividades desenvolvidas com os estudantes bilíngues guarani Ñandeva e Kaiowá.

Desde 2011 venho me perguntado e tentando entender o que acontece na formação do professor indígena que trabalha com Português como segunda língua? Essa falha pode estar na metodologia usada pelo docente? No conteúdo trabalhado por ele? Ou no estudante indígena? Em 2012, quando já vinha estudando Linguística e Linguística Aplicada no curso de Linguagens do Teko Arandu e língua portuguesa como segunda língua (L2), deparei-me com componentes do curso de Linguagens que refletia sobre o problema que a escola da minha comunidade vivenciava. Em 2015, tive o privilégio de trabalhar com os alunos que apresentam dificuldade no ensino de aprendizagem na língua portuguesa do 6º até o 9º ano e percebi que esses alunos que estava na aula de “reforço escolar” na escola Ñandejara Polo não tinham tanta dificuldade de fazer a atividades propostas. A intenção naquele momento era diagnosticar essas situações vivenciadas pelos alunos.

Foi então que surgiu a oportunidade de trabalhar com os alunos com dificuldades no ensino de aprendizagem do 6º, 7º, 8º e 9º ano. Pensei então que era o momento certo para desenvolver aquilo que vinha aprendendo no curso de Linguagens, utilizando a Abordagem Comunicativa (AC), usando o planejamento que atende a especificidade do aluno bilíngue e tendo em vista que estava trabalhando o Português como segunda língua para estudantes bilíngues Guarani e Kaiowá.

Dessa forma, esse trabalho pretende sugerir a partir do método comunicativo uma maneira de suprir a necessidade de ensino e aprendizagem de acordo com as especificidades dessa comunidade indígena e também que seja pautada na proposta plano de aula para o ensino de língua portuguesa como segunda língua (L2) conforme trabalhado nas aulas de metodologia de ensino de línguas.

## **2 Quanto ao ensino da língua portuguesa como segunda língua**

É inegável o fato de a língua portuguesa ser hoje um poderoso instrumento de diálogo com a sociedade envolvente, isto é, o português é a língua que permite a interação com todos os setores da nossa sociedade. A língua portuguesa pode ser para os povos indígenas um instrumento de defesa de seus direitos legais, econômicos e políticos, um meio para ampliar o seu conhecimento e o da humanidade, um recurso para eles serem reconhecidos e respeitados nacional e internacionalmente em suas diversidades é um canal importante para se relacionarem entre si e para firmarem posições políticas comuns.

É importante para comunicação e interação com a sociedade envolvente. O domínio da língua portuguesa abre portas para a inserção dos indígenas no meio social dos não indígenas e traz autonomia para a comunidade, uma vez que eles próprios tornam-se sujeitos independentes e ativos, capazes de criar seus próprios projetos, acompanhar processos, defender seus direitos, entre outras coisas.

Aprender e saber usar a língua portuguesa na escola é um dos meios de que as sociedades indígenas dispõem para interpretar e compreender as bases legais que orientam a vida no País. Ter Direitos de ler e compreender os documentos que regulam a vida da sociedade brasileira e são escritos em português como os Títulos, registros, os documentos pessoais e outros. Os estudantes indígenas têm direito, como cidadãos brasileiros, levando em conta sempre que o português é segunda língua, e deve levar seus aspectos culturais.

Como segunda língua, entendemos como qualquer língua aprendida após a primeira língua ou língua materna (L1). Não é necessariamente uma língua que está

sendo numerada na ordem em que se é adquirida - o termo ‘segunda’ está para o que é distinto da língua materna. Para a comunidade indígenas que é falante de sua língua materna o português é como segunda Língua (L2).

O ensino de língua portuguesa para comunidades indígenas, tanto nas escolas das comunidades, quanto nos cursos superiores, principalmente nos cursos interculturais, torna-se um grande desafio tendo em vista, sobretudo, as peculiaridades culturais e linguísticas desses povos.

Na escola Ñandejara Pólo da Aldeia Te'ýikue, o ensino da língua portuguesa se inicia no 3º ano do ensino Fundamental. As aulas, são de acordo com a matriz curricular que pressupõe a disciplina de língua portuguesa para estudantes indígenas, bilíngues desde o 3º ano do ensino fundamental até 9º ano. Os alunos que vivenciam a transição do 5º para o 6º ano, se deparam com docentes indígenas e não indígenas.

## **2.1 A língua portuguesa é uma língua imposta**

Podemos dizer que a língua portuguesa foi imposta na matriz curricular da escola indígena, sem consulta a comunidade, primeiramente, pensou-se em cumprir o direito que está na Constituição e na LDB de ter a disciplina de Língua portuguesa na matriz curricular. Na época não se pensou nos métodos de ensino de língua portuguesa para falantes de outras línguas. Também não haviam estudos que chegassem até as comunidades sobre essa modalidade de ensino. Um dos motivos é que poucos indígenas se escolarizavam, e menos ainda tinham autonomia sobre suas escolas e ensino.

A Língua Portuguesa em escola indígena deve ser tratada como segunda língua e a matriz curricular deve garantir e valorizar mais a língua materna, para que os alunos usufruam dos direitos linguísticos que lhe são assegurados, como cidadãos brasileiros, pela Constituição que atribui prestígio às línguas indígenas. O aluno indígena, diferentemente dos demais alunos, carrega o peso de um processo de colonização, na maioria das vezes violento e destrutivo, sendo a língua portuguesa um instrumento de

colonização usado de forma impositiva. Sobretudo apresento o quadro de aulas semanais da escola.

**Modelo de ensino bilíngue/Organização do ensino Bilíngue na escola da Te'ýikue de Caarapó.**

### **Escola Municipal Indígena Nãdejara-Pólo e extensões**

Área de conhecimento	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º
Língua portuguesa	-	-	03	03	05	05	05	05	05
Língua guarani	07	07	04	04	02	02	02	02	02

(200) duzentos dias letivos e 50 minutos de aulas

O quadro acima, foi retirado do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Indígena Nãdejara Polo, 2015, mostra que no 1º e 2º ano de alfabetização o ensino é na língua guarani, são (7) sete aulas semanais. Mesmo no 3º ano, sendo alfabetização, a língua portuguesa entra como disciplina obrigatória com (3) aulas de língua portuguesa e reduzindo a língua Guarani para (4) aulas desde o terceiro e quarto ano do Ensino Fundamental.

A partir do 5º ano até o 9º ano apenas (2) aulas na semana restaram em uma escola indígena específica e diferenciada para o ensino da língua materna. Todas as outras são de língua portuguesa.

Com um processo de escolarização colonizador e que impõe uma língua sobre a outra, é necessário valorizar mais a língua materna, para que os alunos usufruam dos direitos linguísticos que lhe são assegurados, como cidadãos brasileiros. Também é preciso desenvolver a aula de língua portuguesa como segunda língua na escola indígena e lembrar que a língua indígena pode e deve servir como língua de instrução na escola. O que não pode confundir ou esquecer é o fato de que o português não pode ser ensinado como língua materna, mesmo para aqueles com maior tempo de contato.



A disciplina de Língua portuguesa tem que somar com a escola indígena e não reprimir, reduzir ou contribuir para o preconceito linguístico. É preciso construir uma teia de comunicação onde cada uma pode estar em seu lugar, sem ocupar espaço uma da outra, para ter equilíbrio

### **3 O bilinguismo na educação escolar indígena**

O ensino bilíngue é uma garantia constitucional dos povos indígenas que visa, além de respeitar as línguas indígenas, garantir sua manutenção e ampliação. O ensino bilíngue garante no currículo das escolas indígenas o ensino das línguas indígenas como disciplinas a serem ensinadas ao pé de igualdade com a língua portuguesa. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998) fala da constitucionalidade do ensino da língua indígena e de sua inclusão no currículo escolar:

A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1998, p.118).

Além de reconhecer o valor das línguas indígenas, o RCNEI destaca a importância da língua materna tanto como língua de instrução no ensino bilíngue das escolas indígenas quanto como disciplina presente no currículo das escolas indígenas.

D'Angelis (2012), aponta que o terceiro período da educação escolar indígena é o do "Ensino Bilíngue" que vai dos anos 1970 até o século 21, cuja primeira fase caracteriza-se pela presença hegemônica da FUNAI, do SIL – *Summer institute of linguistic*, com a "educação bilíngue de transição". O bilinguismo previsto no artigo 47 do Estatuto do Índio, como forma de assegurar e respeitar o "patrimônio cultural das comunidades indígenas" corrobora os objetivos integracionistas da educação escolar oferecida na prática pela FUNAI.

Em relação à importante questão do bilinguismo, D'Angelis, aponta três

Modelos de ensino bilíngues, a saber:



a) "*Bilingüismo de Transição*" para a língua majoritária, onde a língua minoritária é usada apenas inicialmente para depois ser completamente substituída pela língua

Majoritária;

b) "*Bilingüismo de Manutenção ou de Resistência*", onde a língua minoritária é Estimulada e empregada efetivamente em todo o ensino escolar;

c) "*Bilingüismo de Imersão*", onde o convívio total com a língua majoritária (ou a Língua alvo) leva ao desuso da língua minoritária.

A escola deve pensar em que bilinguismo adotar ou refletir sobre o bilinguismo para escolas indígenas, um bilinguismo equilibrado leva ao fortalecimento da identidade indígena. Observando o quadro acima devemos pensar em que bilinguismos a comunidade pode adotar para fortalecer a identidade.

O bilinguismo para estas comunidades necessita de um olhar diferenciado, pois ocorreram muito mais em razão da imposição sociopolítica e econômica da sociedade majoritária, do que por uma escolha do próprio grupo, D'angelis , 2012).

O fato de o professor indígena ser bilíngue em Língua Indígena-Português não assegura que o método de educação bilíngue seja aplicado nem que seja bem aplicado, pelo contrário, pois podem continuar a atuar como agentes de "aportuguesamento" e deslocamento das línguas maternas indígenas. Há um limitado alcance das oficinas de capacitação frente às enormes demandas de formação do magistério indígena, assim como as políticas educacionais nacionais que continuam a ignorar a exigência de implementar escolas normais para professores bilíngues.

A responsabilidade do professor bilíngue no compromisso de um trabalho de promova e revitalize das línguas e culturas indígenas não é tão simples assim, já que ele, muitas vezes, foi formado sob a influência de um sistema educativo que implícita ou explicitamente inculca valores de desprestígio, mesmo quando o discurso oficial se pronuncia pelo respeito.

Se concordarmos com Maher (2005) de que *a escola sozinha, não consegue, Infelizmente, reverter tendências sociolinguísticas* (p.106), o que a escola tem feito com o *corpus* e com o *status* da língua indígena? Ou de que bilinguismo estamos falando nessa escola?

Como docente indígena posso dizer que a Linguística sozinha não dá conta de responder todas as perguntas relativas aos desafios trazidos pelo bilinguismo. Os professores de línguas, não são como os das demais disciplinas, professores de conteúdos apenas. São professores de linguagem com conteúdos que precisam ser escolhidos com critério para surtir máximo efeito na aquisição. Esse fato já nos coloca o desafio de ensinar uma língua em comunicação nela mesma quando se é um não-falante nativo desse idioma, quem faz a formação dos professores se manter como uma chama acesa precisa pensar muito em como apoiar uma competência comunicativa.

Como trabalhar o ensino de língua portuguesa como segunda língua, respeitando as especificidades de cada povo em uma sala, com grande diversidade cultural e linguística. Podemos lembrar o que as Lei de Diretrizes e Bases nos garante, que material didático o professor pode dispor para auxiliar nesse processo, visto a carência de publicações linguísticas na área indígena?

No que consiste à formação de professores, a Lei de Diretrizes e Bases, no Artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, “obriga a União, os Estados e os Municípios a realizarem programas de formação e capacitação de todos os professores em exercício [...]”. (BRASIL, 1998, 34). É durante os cursos de formação que os professores indígenas elaboraram materiais didáticos e organizam projetos de pesquisas e oficinas de produção de materiais, portanto, tais cursos são indispensáveis para que se promova uma educação indígena contextualizada à realidade indígena, tal como almejam os professores, já que esses se constituem em momentos de interação para se discutir os rumos que se deseja dar à educação escolar indígena.

A produção de materiais didáticos também é um dos principais gargalos do ensino de português como segunda língua, pois o que se tem hoje são materiais escritos e pensados somente para que possui a LP como primeira língua.

#### **4 Situações problema do Ensino de Português como Segunda Língua**

##### *1º Mesmo os professores indígenas que dominam a língua indígena, só explicam o conteúdo em língua Portuguesa.*

Na escola Ñandejara Pólo os docentes indígenas falantes de suas línguas e atuantes do sexto ao nono, comunicam-se na língua portuguesa (L2) com os estudantes do ensino Fundamental II. Isso influencia diretamente no entendimento do conteúdo, textos, entendimento das atividades propostos para os alunos. Isso pode ocasionar dificuldades de compreensão. O Docente que leciona para estudantes Guarani e Kaiowá devem valorizar e usar a Língua de instrução na (L1) para explanar na sala de aula.

A experiência e observação de aulas mostraram que, docentes que utilizam a língua materna, para explicar o conteúdo e atividades proposto para os estudantes na sala de aula conseguem facilitar a interação entre aluno e o professor, tendo uma melhor compreensão do conteúdo.

##### *2º Conteúdo trabalhado de forma incorreta: textos sem explicação.*

Nas observações feitas em sala de aula, observei que os professores utilizam textos extensos para estudantes Guarani e Kaiowá, e não explicam. O docente precisa ler junto com os alunos, esclarecer, ouvir que o aluno entendeu, tirar, duvidas, explicar, para que os estudantes respondam atividades que foi proposto pelo docente em sala de aula, trabalham apenas atividade soltas, de fixação.

O planejamento tem que propiciar ao aprendiz o português como segunda língua e desenvolver a competência; Oralidade (falar), leitura (ler e ouvir), Escrita (escrever e reescrever), Análise Linguística (gramática).

O professor deve ter o espírito de pesquisador, renovador, criativo e motivador de seus alunos indígenas, e que ajuda a vencer etapas difíceis, na elaboração do planejamento e plano de aula o professor deve salientar e ver que o aluno é o elemento

central, respeita a sua especificidade, possibilitando o reconhecimento de marcas culturais no seu processo de produção escritas, sistematizando de acordo com a competência comunicativo; gramatical, sociolinguístico, estratégico.

***3º Vocabulário mal trabalhado: apresentam textos de difícil entendimento e o professor não explica o significado das palavras***

O terceiro problema levantado é que o docente de ensino de línguas precisa esclarecer o vocabulário que aparece no texto das atividades para os alunos, palavras que não faz parte de seu repertório. A competência do falante ao se comunicar em uma língua, respeitando não só as regras de usos socioculturais, o conceito de competência comunicativa envolve o conhecimento não apenas do sistema linguísticos em si como também de formas extralinguísticas, como o comportamento gestual ou social do indivíduo guiado por aspectos culturais ou morais aceitos pela comunidade em que ele vive.

***4º Gramática descontextualizada***

O ensino de gramática solta, não considera-se o ensino de L2 e apresentam apenas a gramática pela gramática.

***5º Falta de desenvolvimento de competências orais***

A nossa educação tradicional é oral, as histórias são orais. Quando chega na escola se trabalha a escrita e a oralidade não aparece. É preciso desenvolver a competências orais, com a escrita. As atividades desenvolvidas na sala de aula para alunos bilíngues é preciso explorar a oralidade dos alunos indígenas. As atividades devem ser roda de conversa, debate para que aula seja prazerosa com diálogo, reflexão, ideias sistematizadas porque eles são futuros lideranças, essa oralidade vai contribuir formar ser grande líder que fala nos movimentos é preciso se apropriar da oralidade como estudantes.

***6º Pedagogia do Silenciamento nas aulas de língua portuguesa***

Outro empecilho encontrando na sala de aula pelos estudantes guarani e kaiowá, o silenciamento nas aulas de língua portuguesa, porque a disciplina de língua portuguesa é trabalhada como se fosse para falante de primeira língua. Os alunos argumentaram que tem medo de perguntar, tirar as dúvidas, porque tem vergonha de falar errado, que colega caçoar dele ou dela, medo do professor pode rir da forma como falam. Por isso são tidos como os alunos quietinhos, mas na verdade, eles estão silenciados.

### *7 ° Formação dos professores não contempla o estudo de PLS*

Os professores que estão atuando para lecionar para alunos indígenas, não recebem formação em Português como segunda língua, as universidades não preparam os professores para essa modalidade de ensino.

### *8 ° O Atendimento Educacional Especializado - AEE - e o ensino de línguas*

Existem dois problemas que apareceram com relação ao ensino de línguas e o AEE. O primeiro deles, são alunos especiais que não tem acompanhamento com relação ao ensino de língua portuguesa e o segundo problemas, extremamente sério é considerar uma criança com problemas de aprendizagem, sendo que na verdade o problema é a falta de ensino de língua correta. Quando o aluno apresenta dificuldade na aula de língua portuguesa, muitos professores o encaminham para o apoio pedagógico, jogando para o apoio pedagógico a responsabilidade de dizer se o aluno é AEE ou não sabe a língua.

### *9 ° Aspectos Culturais e a influencia no ensino: o tom de voz do professor*

Na cultura Guarani e Kaiowá as mães criam seus filhos com tom de voz suave, quando chama atenção é um diálogo normal sem alterar a voz, principalmente quando é família kaiowá. As famílias não criam os seu filhos em um ambiente *pochykupe*. E as vezes os docentes precisa levar em consideração aspectos culturais não conhece a educação indígena e isso pode encontrar um lacuna entre a proximidade para interagir entre docente e discente indígena, podemos avaliar que mínimos detalhes que pode estar



contribuindo para problemas de aprendizagem, não consegui interagir e contribuindo até números de repetência.

### *10º O ensino é por caixinha de disciplina*

Na escola as aulas é 50 minutos, isso também acaba prejudicando os alunos, até se acostumar com os horários e vários professores do 6º ao 9º ano, e as aulas é na língua portuguesa, demora para acostumar.

Os professores indígenas tem formação por área de conhecimentos, porém trabalha por disciplina. É preciso se pensar em uma lotação por área de conhecimento, desconstruir o modelo que está posto desde a colonização da escola, e pensar em um novo modelo de lotação para docentes da escola da Aldeia Te'yikue de Caarapó construir coletivo, pensando primeiramente na qualidade de ensino e aprendizagem do aluno indígena.

### **Considerações finais**

Ao lecionar para os alunos que estava na escola Ñandajara Polo do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no período matutino e vespertino, recebi uma lista de alunos que apresentava dificuldades na aprendizagem, para trabalhar o reforço com esses alunos interpretação e na escrita na Disciplina de Língua portuguesa.

Esses alunos estava com notas baixas, trabalhei o planejamento com o método comunicativo com os alunos que a coordenação da escola indicou como muito fracos. Usei a língua de instrução que é (L1) para explicar as atividades da (L2). Fizeram e desenvolveram as atividades sem maiores problemas.

Até conhecer o alunos e acostumar com a sala usei a língua materna como língua de instrução. Na outras aulas usei como língua de instrução, a língua portuguesa como segunda língua para eles desenvolver na oralidade a comunicação. As atividades foram desenvolvidos Oralidade, Leitura, Escrita, Análise Linguística.



Então foi aí descobri que o problema estava na comunicação entre docente e discente. Alguns apresentavam leve dificuldade na escrita, principalmente. Não entendia a atividade que foi proposta pela professora e também não perguntava para tirar a dúvida e assim ficava com notas baixas. Outros tinham vergonha de pergunta.

Como docente indígena tive uma experiência rica por ajudar aqueles alunos que estavam sendo visto de uma forma equivocada, e foram aprovados no final de ano. Me senti feliz por ajudar aqueles adolescente que estava sendo avaliado de forma tão massificador e frustrante para eles.

### Referências Bibliográficas

AMADO, R.S. **O ensino e a pesquisa de português para falantes de outras línguas**. Guavira Letras, Três Lagoas, v. 6, p. 67-75, 2008.

\_\_\_\_\_. Aspectos interculturais e interlinguísticos no ensino do Português Língua Não-Materna em comunidades indígenas do Brasil. In: TEIXEIRA, M.; SILVA, I; SANTOS, L. (Orgs.) **Novos Desafios no Ensino do Português**. Santarém, Portugal: Instituto Politécnico, 2011. p. 68-75.

BRASIL, **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar** - elaborado pelo Comitê Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1993. p.24.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições Técnicas, 1999;

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

CARDOSO, Valéria Faria. **Aspectos morfossintáticos da língua Kaiowá (Guarani)**. Campinas, SP. 2008.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil**. 1a. ed. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2012. 256p .

D'ANGELIS. Wilmar da Rocha. **Aprionando sonhos**. Curt Numuendaju, 2012.

LEFFA, Vilson. **Metodologia do ensino de línguas**. Disponível em: [www.vilsonleffa.com.br](http://www.vilsonleffa.com.br). Acesso em 26 de agosto de 2016.

MAHER, T. M. MAHER, T. M. **Em Busca de Conforto Linguístico e Metodológico no Acre Indígena**. Trabalhos em Linguística Aplicada, 47, ago./dez.2008, p. 409-428.





## **Web - Revista SOCIODIALETO**

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos - NUPESDD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU  
**ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 25 • Jul 2018/**

MARTINS, A. M; KNAPP, C. **Oralidade e escrita em escolas indígenas guarani e kaiowá.** Desafios e possibilidades de um ensino bilíngue. Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación, Vol. 7, No. 2, 53-73 ISSN: 2215-8421.

Recebido Para Publicação em 22 de junho de 2018.

Aprovado Para Publicação em 12 de agosto de 2018.